



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DA DÉCADA DE 1940 AOS DIAS ATUAIS

Débora Rocha Santos⁺⁺⁺⁺⁺⁺
(UESB)

Andrecksa Viana Oliveira Sampaio⁺⁺⁺⁺⁺⁺
(UESB)

RESUMO

A educação, desde a antiguidade é considerada como elemento principal para a formação do homem. Por esse motivo, sempre existiram muitos problemas envolvidos nos processos educacionais. No decorrer dos anos, a estrutura e a organização da educação escolar brasileira passaram por várias mudanças no ensino visando a diminuição das disparidades sociais. O sistema educativo passou por grandes dificuldades, tanto na qualificação dos profissionais, como na infraestrutura escolar oferecida aos estudantes, o que acaba por refletir diretamente nos problemas sociais e na exclusão de vários cidadãos que não tem ou não tiveram acesso a um ensino de qualidade. O histórico da educação brasileira apresenta vários registros de experiências com a educação não-formal como formação política, qualificação para o trabalho e geração de renda, no entanto, os desafios da alfabetização e elevação dos níveis de escolaridade ainda são os principais pontos em debate público atualmente. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu como uma prioridade conferida a escolarização desde a Constituição de 1988, sendo garantido o ensino fundamental público e gratuito em qualquer idade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos, Ensino e aprendizagem, Geografia.

· Graduada em Licenciatura Plena de Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, reddeby2007@hotmail.com

· Doutora em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Memória e Representações Sociais, CNPq, Orientadora da pesquisa em andamento intitulada: Desafios e expectativas do ensino de Geografia na Educação Jovens Adultos – EJA: O caso do Colégio Kleber Pacheco de Oliveira em Vitória da Conquista - BA, viladea@yahoo.com.br

++++++

++++++



INTRODUÇÃO

Durante os séculos XVI e XIX, vários foram os esforços para educar crianças e adultos com finalidade de dominá-los, em sua maioria, para fins de produtividade mercantil e religiosos. Desde a catequização imposta pelos colonizadores portugueses no Império, no final do século XIX, várias práticas têm sido marcantes para a História da Educação do Brasil.

O intuito de converter os povos indígenas à fé católica, fez com que os jesuítas percebessem que a única forma de obter resultados seria pelo ensino. Para Saviani (2008), a prática educativa jesuíta se iniciou por meio do plano de instrução elaborado por Manuel da Nóbrega. Este plano não durou muito, devido a oposição de outros jesuítas, no entanto teve ampla divulgação, visto que em mais de uma província foram criados colégios que trabalhavam nos padrões desse projeto.

Segundo Rosário e Silva (2004), os jesuítas, ao passo que mantinham um trabalho educativo catequizador promoviam a aculturação dos povos indígenas com a intenção de transmitir-lhes os costumes europeus, pois isto interessava aos colonizadores. As escolas e colégios jesuítas, auxiliados pelo Estado português, tinham como objetivo formar gratuitamente sacerdotes para a catequese, instruir e educar os indígenas, os filhos dos colonos brancos e os mamelucos. O estudo era essencial, sendo um espaço para a guerra de opiniões contra o protestantismo para a preservação dos valores morais e sobretudo na difusão da cultura cristã europeia, dando início assim, a uma ação de criação de escolas primárias, secundárias, seminários e missões que se espalharam pelo Brasil até o ano de 1759, ano que os jesuítas foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal.

No início os colégios eram utilizados pelos jesuítas para a catequização dos nativos, principalmente às crianças para que servissem como intérpretes para a comunicação com os índios adultos e depois os jesuítas passaram a ensinar apenas os descendentes dos colonizadores. Ainda segundo Rosário e Silva (2004) durante um



período de 210 anos, os jesuítas catequizaram um grande número de índios, educaram os filhos dos colonos, formaram novos sacerdotes e a elite intelectual brasileira, promovendo o controle da fé e da moral dos habitantes difundindo e unificando a língua portuguesa em todo o país.

DA DÉCADA DE 1940 ATÉ A EDUCAÇÃO POPULAR DE PAULO FREIRE

Em 1937 foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), que na década de 1940, proporcionou importantes ações político-pedagógicas para o ensino de adultos. Para Quintão (2011) foi após o fim da Segunda Guerra Mundial e com o crescimento econômico do ano de 1945 que se criou o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) motivado pelo desenvolvimento industrial no país, principalmente na região Sudeste. A partir daí ocorreu o surgimento das primeiras obras destinadas ao ensino supletivo com a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), entre outros. Segundo Costa (2011), a criação dessa campanha em 1946 se deu após o surgimento do Estado Nacional Desenvolvimentista, e houve o deslocamento do projeto político do Brasil, que passou do modelo agrícola e rural para o modelo industrial e urbano gerando a necessidade de mão-de-obra qualificada e sobretudo alfabetizada.

No ano de 1947, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) promoveu a partir da CEAA duas estratégias para o ensino supletivo como os planos de ação extensiva com a alfabetização de grande parte da população e os planos de ação em profundidade com a capacitação profissional e atuação junto à sociedade. O objetivo não era somente alfabetizar, mas também aprofundar o trabalho educativo atuando no meio rural e no meio urbano, com objetivos diferentes, mas diretrizes comuns.

No decorrer da década de 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Para Quintão (2011) essa campanha foi marcada por uma nova etapa nos debates sobre a educação de adultos, visto que a simples ação alfabetizadora era tida como insuficiente, pois pensava-se que era preciso dar



prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda significava alguma possibilidade de melhoria de suas condições de vida. Nesse sentido o autor explica:

Seus organizadores sabiam que não bastaria 23 simplesmente alfabetizar a população. Alegaram que deveriam priorizar a educação de crianças e jovens, com o argumento de que a mudança na educação teria de partir dessa fase. Apesar de esta campanha ter sido realizada, acabou sendo extinta em 1963, após enfrentar dificuldades financeiras, e conseqüentemente a população com histórico de exclusão, mais uma vez, sentiria os efeitos dessa perda (QUINTÃO, 2011, p. 23 e 24).

Em 1958, aconteceu o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, a fim de avaliar as ações realizadas na área e propor soluções apropriadas para a questão, sendo feitas as primeiras críticas à precariedade dos prédios escolares, bem como a inadequação do material didático e qualificação do professor. No ano de 1963 a CNEA foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes.

Ainda na década de 1960, o Estado associado à Igreja Católica, gerou novo impulso para as campanhas de alfabetização de adultos. Conforme as propostas freirianas, a alfabetização de adultos precisava estar diretamente ligada ao cotidiano do estudante trabalhador, pois dessa forma, o adulto poderia conhecer sua realidade para assim desenvolver uma visão crítica sobre sua vida social e política. Nesse sentido, uma das principais metas da Educação Popular passou a ser a conscientização da população. Para Lopes e Sousa (2005):

[...] proposta de Paulo Freire baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados pelo educador, a fim de que as informações fornecidas por ele, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades presentes. Educador e educandos devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização. É importante que o adulto alfabetizando compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar em sua vida o conteúdo aprendido na escola (LOPES E SOUSA, 2005, p. 11).



A intenção da proposta de Paulo Freire era que a educação para jovens e adultos não fosse apenas uma formação profissionalizante, mas sim uma formação conscientizadora para a vida. Para o ensino de adultos, o autor propôs desde a realização do Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958, que fossem aproveitados temas sociais para as aulas, partindo do cotidiano dos educandos para assim ensinar numa perspectiva popular atribuindo significado aos conteúdos, compartilhando os saberes entre docentes e educandos, algo que afrontava o modelo político-administrativo da época.

DO MILITARISMO À NOVA REPÚBLICA

Com o Golpe Militar de 1964, muitas coisas mudaram, dentre elas referentes ao projeto de Paulo Freire^{§§§§§§§§§§}, baseado na conscientização sociocultural da população. Neste momento, tal projeto era visto como um entrave à sociedade burguesa da época, da mesma forma que outros movimentos sociais também o foram. E com o exílio de Freire, visivelmente chegou ao fim o sonho de melhorar o sistema educacional, que então passou a tender para um retrocesso. Com relação ao papel da educação, Freire (2002) revela que a alfabetização é muito mais que um simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.

Foi nesse contexto histórico, que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado em oposição aos ideais freirianos com a finalidade de alfabetizar nos moldes conservadores. O MOBRAL pretendia desenvolver a leitura, a escrita e o cálculo, segundo as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI). Sobre a criação do MOBRAL, Lima e Freitas (2010) afirmam:

^{§§§§§§§§§§} O Projeto de Paulo Freire recomendava que a alfabetização dos adultos fosse realizada por meio da discussão, em sala de aula de suas experiências de vida, através de temas ou palavras presentes na realidade dos alunos, uma vez que, essas discussões serviriam para a aquisição da palavra escrita e principalmente da compreensão do mundo.



A ditadura militar, por pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI), que considerava o analfabetismo uma mancha, e, sob o vácuo deixado pela destruição das entidades que incitavam os movimentos de educação popular, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Criado através de decreto em dezembro de 1967 e tendo suas atividades iniciadas em setembro de 1970 (LIMA e FREITAS, 2010, p. 03).

Segundo Quintão (2011) o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) difundiu-se por todo o país durante a década de 1970, em especial após o ano de 1971, com a criação da Lei de Reforma nº 5.692/71, que também instituiu o Ensino Supletivo, dividindo-se em Suplência I, que se referia ao ensino de 1ª a 4ª séries, e Suplência II, voltado para o ensino de 5ª a 8ª série. Os cursos poderiam ser oferecidos em três modalidades diferentes: os Cursos Supletivos com aulas presenciais; o Ensino a Distância com aulas via rádio ou televisão, que eram oferecidos em tele postos ou rádio postos e os Centros de Estudos Supletivos (CES).

Os cursos supletivos presenciais, em sua maioria, eram oferecidos no turno noturno, basicamente tendo a metade da duração do ensino regular, porém em um ritmo acelerado nesta época, sendo que algumas editoras produziram livros didáticos com conteúdos reduzidos.

No início da década de 1980, a sociedade brasileira presenciou grandes transformações sócio-políticas após o fim dos governos militares. Uma delas foi que em 1985, o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar. Foi nesse contexto que a redemocratização do ensino possibilitou a ampliação das atividades da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A nova Constituição de 1988 assegurou o ensino fundamental, obrigatório e gratuito também para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada e em março de 1990, com o início do governo Collor, a Fundação Educar também foi extinta e em nome do enxugamento da máquina administrativa o Governo Federal foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Para Strelhow (2010), vários foram os movimentos educacionais que surgiam no início da década de 1990, como o Movimento de Alfabetização (MOVA), que buscava trabalhar a alfabetização por meio do contexto socioeconômico das pessoas alfabetizadas, transformando-as em colaboradores de seu processo de aprendizagem. Em 1996, surge o Programa Alfabetização Solidária (PAS), com os mesmos objetivos das campanhas das décadas de 1940 e 1950. No ano de 1998, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com a finalidade de atender às populações localizadas em áreas de assentamento vinculados ao Incra, as universidades e aos movimentos sociais.

Para Silva (2010) a emenda constitucional de 1996 foi muito importante para as políticas públicas da EJA, visto que além de considerar um dever do Estado a disponibilização do ensino fundamental para todos, ela ainda garante que o ensino fundamental também seja oferecido para alunos que não tiveram acesso à educação em idade própria.

Segundo Ferreira (2012) foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394/96 – incorporou a EJA como uma modalidade de ensino, dando-lhe sob um título próprio. Visto que “[...] deixou-se de usar a designação de Ensino Supletivo, de caráter complementar e compensatório, para adotar a denominação Educação de Jovens e Adultos, de caráter não suplementar, mas fundamental” (FERREIRA, 2012, p.14). Contudo, a modificação de sua terminologia não transformou as relações estabelecidas na política educacional brasileira, que continuou a dar prioridade ao ensino regular, prejudicando a EJA.

Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consolidou-se no início dos anos de 1960 com as campanhas de alfabetização de adultos, depois com os supletivos e, por fim, na década de 1990, com a institucionalização da EJA sob o domínio das secretarias municipais e estaduais de educação com a oferta regular dessa modalidade pelas escolas de Ensino Fundamental e Médio, em função da Nova LDB.



Segundo o Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (2000) a política de educação de jovens e adultos, sempre teve o desafio de resgatar o compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentando sua elaboração nas exigências legais da Constituição Federal do Brasil de 1988.

Segundo Oliveira (2004, p.10) “A educação de jovens e adultos, portanto, está no cerne do debate sobre a exclusão social e da questão da democratização do ensino, do acesso e permanência de todos os indivíduos à escola pública”. E diante do reconhecimento dos excluídos do processo de ensino, devido aos fatores de idade e de classe, o direito à educação, o direito de aprender ler e de escrever, questionar e analisar, bem como ter acesso a recursos e desenvolver suas habilidades e competências individuais e coletivas se tornam cada vez mais importantes.

FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DA EJA

A formação e prática docente são dois pontos que necessitam atender as demandas educacionais da sociedade atual, tendo em vista que desde o final do século passado início do século XXI a sociedade vivenciou uma série de mudanças motivadas, sobretudo, pelo capitalismo e globalização. A escola se viu forçada a reorganizar a sua prática pedagógica visando melhorar a qualidade de ensino.

Diante disso, a formação dos docentes, hoje, no Brasil, tem sido alvo de amplos questionamentos. Quanto à preparação dos educadores que lecionam na educação de jovens e adultos, faz-se necessário avaliar de que maneira é realizada, bem como identificar as exigências, expectativas e os interesses que estão entrelaçados a essa formação, já que a preparação de um docente que atua na EJA deve conter, além das exigências de formação de todo e qualquer professor, aquelas concernentes às especialidades que caracterizam a EJA como uma modalidade de ensino diferenciada.



A partir das transformações ocorridas na sociedade, novos padrões recomendam uma postura renovada para a escola, porém ao mesmo tempo as demandas burocráticas e as circunstâncias conflitantes atuam impedindo que o novo fazer pedagógico atinja os objetivos educacionais. E frente aos paradigmas, espera-se que o elemento essencial para se atingir as metas de qualidade no ensino, seja a melhoria da formação docente, em que o professor esteja pronto para compreender e expor as mudanças na sociedade, que são constantes.

De tal modo, a complexidade de ser professor no ensino regular e sobretudo da Educação de Jovens e Adultos, está presente também no fato de que esse profissional precisa ter a sensibilidade de perceber que os seus discentes estão inseridos em um mundo complexo, em que a cultura, o afeto, a razão e a vida em sociedade movem-se através da diversidade.

Segundo Oliveira (2010) o educador da modalidade de ensino EJA precisa estar apto a atender às perspectivas do seu educando, visto que a educação de Jovens e Adultos deve proporcionar situações pedagógicas diferenciadas para atender às necessidades de aprendizagem do seu público. Sendo assim, a formação docente e a capacitação de professores nos dias atuais, são de extrema importância para a prática pedagógica, pois a demanda por um ensino de qualidade é um assunto de intenso debate na educação brasileira.

A formação profissional do professor é um processo extenso que permanece durante toda a sua trajetória, e será responsável por motivar de forma direta no tipo de profissional que ele será, além de influenciar na qualidade de sua formação. Quanto a formação e a prática docente dos professores da EJA, Oliveira (2010) revela:

Os professores em EJA geralmente vêm do ensino infantil, fundamental ou médio, atuantes no diurno que se deslocam para o noturno a fim de complementar a carga horária. Verificamos, então, que são poucos professores que exercem um trabalho de dedicação exclusiva na EJA, para que isso aconteça é preciso se pensar em constitutivos de espaços e tempo que assegure uma formação adequada com a especificidade dessa modalidade educativa (OLIVEIRA, 2010, p.6).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Além de muitas outras habilidades e aptidões, almeja-se que o professor procure se atualizar permanentemente, pois o conhecimento, sempre se renova e para tal faz-se necessário que o docente consiga afeiçoar-se com as inovações eletrônicas, criando novas possibilidades de ensino e aprendizagem, buscando tornar sua prática interdisciplinar. Já que na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a formação do professor é um processo complexo tanto na construção do saber quanto em sua preparação que e na adequada transmissão dos conteúdos aos estudantes, sendo assim Bedoya e Teixeira (2008) explicam:

Para definir o perfil do educador da EJA, deve-se avaliar o perfil da própria EJA, que se diferencia das modalidades regulares do ensino fundamental e ensino médio. Deste modo, não basta aproveitar os professores de fundamental e médio, dando a eles uma certa “reciclagem” para que, em vez de falarem “criança” ou “adolescente”, eles usem as palavras “jovem” ou “adulto”, um procedimento comum em algumas administrações de ensino municipais e estaduais (BEDOYA E TEIXEIRA, 2008, p. 66)

Contudo é preciso destacar que não só a formação do professor se faz importante, mas também o aluno necessita estar interessado nas aulas para que consiga concretizar a construção do seu conhecimento. Pois, a forma como são trabalhados os conteúdos em sala de aula contribui de forma direta para o desinteresse dos alunos.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O conceito e objeto de estudo da Geografia são muito amplos, o que acaba por dificultar, algumas vezes, o entendimento do que é Geografia, como explica Moraes (2007):



[...] a Geografia como o estudo da superfície terrestre. Esta concepção é a mais usual, e ao mesmo tempo a de maior vaguidade. Pois, a superfície da Terra é o teatro privilegiado (por muito tempo o único) de toda a reflexão científica, o que desautoriza a colocação de seu estudo como especificidade de uma só disciplina. Esta definição do objeto apóia-se no próprio significado etimológico do termo Geografia-descrição da terra. Assim, caberia ao estudo geográfico descrever todos os fenômenos manifestados na superfície do planeta, sendo uma espécie de síntese de todas as ciências [...] (MORAES, 2007, p. 31).

Sendo assim, entende-se que o ensino de Geografia é indispensável para a formação de educandos conscientes e atuantes na vida social, uma vez que por meio dessa ciência eles alcançam um melhor entendimento do espaço geográfico, como fruto das diferentes práticas econômicas, sociais e culturais.

Para Cavalcanti (1998), o ensino da Geografia deve proporcionar ao estudante o entendimento do espaço geográfico tanto na sua concretude, como em suas contradições, de forma a contribuir para a formação de raciocínios e visões mais articulados e profundos sobre o espaço, a qual o discente seja capaz de pensar sobre os fatos e acontecimentos da sociedade através de diferentes perspectivas.

Nesse sentido, grande parte dos problemas encontrados no ensino de Geografia tanto no ensino regular, quanto na modalidade EJA estão relacionados a formação que os professores recebem nas universidades, uma vez que, em sua maioria, se dá através de práticas pedagógicas tradicionais e pouco dinâmicas. Relacionado a formação pedagógica dos professores, Callai (1999) revela:

A renovação no ensino na sala de aula tem que acontecer e, para isso, é necessário pensarmos junto com os professores (para sairmos da tentação do receituário pronto), pois na maioria das vezes gastamos em discussões teóricas e, no dia-a-dia da sala de aula, a prática é a mais tradicional e conservadora possível, tanto nossa, na universidade, quanto nas escolas. Esse fenômeno acontece nos três graus de ensino, mas se desnuda de forma mais consistente no primeiro e segundo grau. No terceiro grau, ele é mais velado e só assume contornos de problema quando o profissional passa a exercer a sua profissão (CALLAI, 1999, p. 36)



Tomando como pressuposto que a concepção pedagógica do professor de Geografia depende do grau e da qualidade do ensino na graduação, entende-se que o fazer pedagógico não deve ser entendido e praticado por ele como ação neutra e descontextualizada, necessitando, portanto, estar baseado em teorias e práticas comprometidas com a criação e desenvolvimento da emancipação social daqueles envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Para Pontuschka (2000), os professores em geral, sobretudo, de Geografia, necessitam ter como ponto de partida os conhecimentos e as representações que os alunos trazem para o ambiente escolar. Pois, não deve existir um espaço entre o saber escolar e as diferentes representações sociais que os jovens adquiriram durante a sua vida. Portanto:

A tarefa do professor talvez consista em educar um jovem ou um adulto para não se deixar enganar; para não se deixar enganar não apenas pela televisão, rádio, jornais, cinema, como também pelos aparatos ditos educativos ou culturais que podem inculcar de forma eficaz mentiras disfarçadas com o manto da realidade (PONTUSCHKA, 2000, p.146).

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Geografia escolar precisa ser compreendida a partir das especificidades do público aprendiz, pois, além dos objetivos peculiares da área para cada segmento da educação básica serem diferentes, ainda é necessária que haja uma adequação tanto dos conteúdos quanto da metodologia de ensino direcionada aos alunos que frequentam os cursos dessa modalidade de ensino, considerando a história de vida desses alunos, na esperança de que o futuro deles não seja uma mera reprodução da sua vida atual.

Em caso de não haver uma fundamentação teórica na formação do professor, bem como a falta dos materiais didáticos apropriados para o ensino da EJA, a consequência pode ser a reprodução de práticas tradicionais, ou ainda, certa confusão



no aluno e até mesmo no professor, visto que ele terá de decidir como e o que vai ensinar para esse público tão específico.

Nesse sentido, Quintão (2011) revela a importância de que o educador apresente como finalidade o planejamento e a preparação de aulas para que os alunos da EJA tenham noção da sua realidade, sendo essencial o planejamento e a preparação para as aulas, uma vez que, planejar e se organizar para as aulas abrange muito mais do que somente selecionar os conteúdos do currículo. Faz-se necessário refletir sobre os recursos didáticos visando a promoção de um melhor aprendizado dos estudantes da EJA.

CONCLUSÕES

A EJA na condição de modalidade educacional diferenciada que atende alunos, em sua maioria trabalhadores precisa ter como objetivo principal o compromisso com a formação humana e com acesso à cultura em geral, proporcionando ao aluno o desenvolvimento da sua autonomia intelectual. O docente precisa investir em uma metodologia de ensino que possibilite ao discente pensar criticamente, participando do trabalho e da vida coletiva, sendo capaz de acompanhar a dinâmica das transformações sociais, adequando os conteúdos científicos tecnológicos e sócio-histórico a realidade do aluno.

Portanto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mostra-se como um tema amplo e complexo, que não será determinado somente por meio de decisões governamentais, mas, que exige o comprometimento de todas as pessoas que acreditam no potencial de transformação da educação, possibilitando a inserção crítica e participativa de seus alunos na sociedade.



REFERÊNCIAS

- BEDOYA, M. J. A.; TEIXEIRA, R. R. P. Perfil dos Professores da Educação de Jovens e Adultos. In: **ATHENA - Revista Científica de Educação**, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008. Disponível em <<http://www.faculdadeexpoente.edu.br/upload/noticiasarquivos/1243985697.PDF>>. Acesso em: 11 Out. de 2014.
- CALLAI, Helena C. **A formação do profissional da Geografia**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.
- CAVALCANTI, Lana. **S.Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 26ª Ed. RJ: Paz e Terra, 2002. Disponível em <<http://www.hdbr.org.br/data/site/uploads/arquivos/Paulo%20Freire%20%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Mudan%C3%A7a.pdf>>. Acesso em 09 Out. de 2014.
- LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96**. Disponível em: <<http://secon.udesc.br/leis/ldb/ldb5cap2.html>>, Acesso em 08 Out. 2014.
- LIMA, Nilzete S. Silva de; FREITAS, Marinaide L.de Queiroz. **Um Olhar sobre as Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos - dos anos de 1970/ 1990**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA CÁTEDRA UNESCO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Educação e Aprendizagem ao longo da vida, 1, 2010. João Pessoa. Anais. João Pessoa: UFPB/UFPE/UFRN, 2010.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007. 21. ed.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Princípios pedagógicos na Educação de Jovens e Adultos**. 2004, 16 p. Disponível em <http://www.cereja.org.br/pdf/20041116_ivanilde.pdf>, Acesso em 09 Out. 2014.
- QUINTÃO, Altamar de Figueirêdo Bustorff. **A geografia na educação de jovens e adultos trabalhadores em Mamanguape: percurso histórico e práticas atuais**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/altemar_quintao.pdf>. Acesso em: 05 Out. de 2014.
- ROSÁRIO, Maria J. Aviz; SILVA, José C. da. **A educação jesuítica no Brasil Colônia**. 2004. Disponível em: <http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiiiencontro/gt11/educ_jesuita.pdf> Acesso em 05 Out. de 2014.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA, Débora dos S; Perfil de formação, dificuldades e intenções do docente de EJA em Lauro de Freitas: **uma experiência no colégio Kleber Pacheco de Oliveira. Monografia (Graduação em Pedagogia)**. Universidade do Estado da Bahia -UNEB, 2010, 41 p. Disponível em <<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-DEBORA-DOS-SANTOS-SILVA.pdf>>, Acesso em: 05 Out. de 2014.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf> Acesso em: 05 Out. de 2014.